



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU – UR - 19



<b>PROCESSO PRINCIPAL</b>	<b>4310.989.16-5</b>
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>MOGI MIRIM</b>
<b>MATÉRIA EM EXAME</b>	<b>CONTAS ANUAIS</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2016</b>
<b>INSTRUÇÃO</b>	<b>UR-19/DSF.II</b>
<b>RELATOR</b>	<b>DR. ANTONIO ROQUE CITADINI</b>

Excelentíssimo Relator,

Abrigam estes autos as contas anuais da Prefeitura Municipal de MOGI MIRIM, relativas ao exercício de 2016.

Trata-se de Município que esteve com as contas sob acompanhamento, conforme relatórios dos primeiros quadrimestres nos eventos 21 e 61 destes autos.

O relatório final decorrente da Fiscalização "in loco" encontra-se neste evento no arquivo "eTC-4310.989.16-5 PM Mogi Mirim - Contas 2016" e apontou as falhas relacionadas às fls. 90/99.

Foram apurados pela fiscalização os seguintes índices:

<b>ITENS</b>	
Percentual aplicado na educação infantil e no ensino fundamental	25,11%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do magistério	97,71%
Total do FUNDEB aplicado em 2016	99,54%
Total do FUNDEB - parcela diferida para 2017 e não aplicada	171.416,64
Percentual aplicado na Saúde	25,44%
Resultado da execução orçamentária - DÉFICIT	- 0,61%
Déficit orçamentário com amparo no superávit financeiro anterior?	NÃO
Resultado Financeiro - DÉFICIT	- 22.276.467,26
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais?	SIM
Taxa da despesa de pessoal em dezembro de 2016	53,96%
Efetuada os recolhimentos ao Regime de Previdência Social (INSS)?	NÃO
Atendido o artigo 42 da LRF?	NÃO
Atendido o artigo 21, parágrafo único da LRF?	SIM

Reportamos ainda que o Responsável pelas contas em apreço tomou conhecimento da inspeção realizada (DOC 01) e foi cientificado de que todos os despachos e decisões exarados neste feito serão publicados no D.O.E., nos termos do artigo 90 da Lei Complementar nº 709/93.

É o que elevamos à apreciação de Vossa Excelência.

GDUR-19, em 14 de JULHO de 2017.

**Vanderlei Marçola**  
**Diretor Técnico de Divisão - UR.19 - Mogi Guaçu**